

ÉTICA E MODOS DE LER O *TRACTATUS* DE WITTGENSTEIN

ETHICS AND READINGS OF WITTGENSTEIN'S TRACTATUS

Matheus Colares do Nascimento¹

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir algumas implicações que as leituras tradicional e resoluto têm para a compreensão do lugar da ética no *Tractatus logico-philosophicus* (*TLP*). A leitura tradicional afirma que Wittgenstein postula a existência de verdades necessárias que não podem ser ditas, apenas mostradas. A leitura resoluto rejeita essa atribuição. Ela sustenta uma concepção austera de contrassenso, segundo a qual nada de realmente importante é mostrado. A questão de saber o que é contrassenso e o que só pode ser mostrado surge naturalmente nesse debate. Os dois pontos estão intimamente relacionados com a concepção de ética sustentada no *TLP*. Nesse contexto, tentaremos afirmar que ambas as leituras parecem levar a implicações incompatíveis com essa concepção. A leitura tradicional ao introduzir uma ideia de necessidade alheia ao *TLP* e a leitura resoluto, ao apagar a distinção entre dizer e mostrar.

Palavras-chave: Wittgenstein. Ética. Leitura tradicional. Leitura resoluto. Dizer e mostrar.

Abstract: This paper's aim is to discuss some implications of traditional and resolute readings for the conception of ethics held in Wittgenstein's *Tractatus logico-philosophicus* (*TLP*). The traditional reading argues that Wittgenstein postulates the existence of necessary ineffable truths that can only be shown. The so-called resolute reading rejects this affirmation. This reading holds that Wittgenstein presents an austere view of nonsense, according to which there is nothing important to be shown, such as ineffable truths. The problem of what is considered nonsense and what can be shown arises naturally for the tractarian conception of ethics as well. Bearing this in mind, we shall demonstrate that the main assumptions of both readings regarding these points bear controversial implications to the tractarian conception of ethics. For the traditional reading introduces a conception of necessity alien to the book and the resolute reading diminishes the importance of the cardinal distinction between saying and showing.

Keywords: Wittgenstein. Ethics. Traditional reading. Resolute reading. Saying and showing.

Introdução

No *Tractatus logico-philosophicus*², Wittgenstein afirma que aquilo que dizemos por meio de proposições mostra algo sobre a sua estrutura representacional interna (*TLP* e.g., 3.261, 4.126). Esse “algo”, porém, não pode ser ele mesmo dito por meio de outras proposições, i.e., expressões com sentido. Portanto, o que só pode ser mostrado não pode ser dito (*TLP* 4.1212).

¹ Mestrando em Filosofia pela UFSC. E-mail: matheuscolares12@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3690-6288>

² Como sói acontecer na literatura secundária, as referências aos textos fonte de Wittgenstein virão doravante por meio de siglas seguidas pelo número do aforismo, página ou data de entrada da anotação em questão para os diários. *Tractatus logico-philosophicus* (*TLP*), *Diários* 1914-1916 (*NB*), *Conferência sobre Ética* (*CE*).

No final do livro, ele traça a consequência inevitável desse argumento: as próprias proposições tractarianas são contrassensos, porque elas mesmas tentam dizer o que só pode ser mostrado. Como tais, devem ser “jogadas fora” pelo leitor depois de tê-las lido para alcançar o ponto de vista lógico correto sobre as questões tratadas na obra (*TLP* 6.54).

É claro que, ao invés de simplesmente aceitar o caráter autodestrutivo desse comentário e da obra, deve-se acreditar que há uma maneira de desvencilhar-se desse impasse. As duas principais tentativas de resolução são as leituras tradicional e resoluta. Ambas visam a trazer sentido a esse comentário aparentemente paradoxal de *TLP* 6.54 tentando preservar a coerência interna da obra. A resposta fornecida por cada uma requer inevitavelmente um posicionamento sobre as seguintes perguntas “O que é contrassenso?” e “o que é mostrado?”. Pois, a tentativa de dizer o que só pode ser mostrado, afirma Wittgenstein, produz inevitavelmente contrassensos.

A concepção de ética sustentada por Wittgenstein no *TLP* está intimamente conectada a esses dois pontos. Portanto, as respostas das leituras para ambas as perguntas trazem importantes implicações para analisar o lugar da ética no contexto da obra. Tendo isso em mente, pretendemos demonstrar que os seus posicionamentos com relação ao que é mostrado e ao contrassenso resultam em implicações incoerentes com as observações de Wittgenstein sobre essa questão.

Grosso modo, a leitura tradicional afirma que contrassensos são tentativas de dizer um certo número de conteúdos que, pelas regras da sintaxe lógica, só podem ser mostrados em proposições legítimas bipolares e nas proposições especiais da lógica: as tautologias e contradições. Exemplos desses conteúdos são as próprias regras da sintaxe lógica, a constituição metafísica do mundo, o Ético, etc. (HACKER, 2001, p.253-5). Com relação ao que é mostrado, eles afirmam que tais conteúdos, embora inefáveis, existem como verdades substanciais necessárias.

Alternativamente, segundo a leitura resoluta, não é possível infringir as regras da sintaxe lógica tampouco há distinções entre tipos de contrassenso. Seus defensores afirmam que o que nós tomamos por contrassenso é dado pela ilusão de já termos atribuído significado a determinados sinais constituintes de uma proposição. Para eles, as supostas verdades substanciais são uma mera ilusão de conteúdo provocado por uma má-construção do tipo. Por esse motivo, os resolutos afirmam que por trás dessas construções falhas não há nada de mais profundo que possa ou deva ser mostrado.

Em primeiro lugar, como aponta Christensen (2011, p.801), o posicionamento da leitura tradicional implica que a ética seja concebida como transcendente, i.e., como sendo composta por verdades necessárias existentes em um domínio além-mundo. Glock (1998, p.130, 143), por exemplo, afirma isso explicitamente. Isso, porém, vai de encontro com a ideia de que a ética é transcendental (*TLP* 6.421). Pois, como tentaremos mostrar, é problemática a referência a um domínio transcendente no *TLP* e, mesmo se ela fosse possível, transcendente e transcendental seriam ideias mutuamente excludentes.

A assim chamada leitura resoluta tem – pelo menos – o mérito de argumentar contrariamente à atribuição das verdades inefáveis. Porém, com a sua concepção austera de contrassenso ela acaba jogando fora todas as intuições positivas da obra, inclusive a própria distinção entre dizer e mostrar (HACKER, 2001, p.358). Se, como afirma Wittgenstein a Russell (2008, p.98), tal distinção é o ponto cardinal do *TLP*, jogá-la fora não pode ser um resultado desejável.

Reconhecemos que o uso dos termos “leituras tradicional e resoluta” é problemático. Há tanto um certo número de interpretações variantes dentro dessa taxonomia³ quanto outras que não se enquadram nela⁴. Além disso, há também de se reconhecer um desenvolvimento dentro da própria leitura resoluta culminando na *piecemeal approach*⁵. Seria impossível lidar com todos esses detalhes em um artigo. Especialmente em um artigo cujo foco não é as leituras do *TLP*. Nesse sentido, não pretendemos fornecer um panorama completo de cada uma dessas interpretações nem as críticas detalhadas que as leituras trocam. Aqui nos interessa as implicações que as suas respostas para as questões do contrassenso e do que é mostrado têm para a concepção tractariana de ética.

³ Sobre essa dificuldade cf., e.g., CHEUNG, L. K. C. Ineffability and Nonsense in the Tractatus. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. (Eds.) *A companion to Wittgenstein*. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. p. 195–208 & BRONZO, S. *The Resolute Reading and Its Critics*. Wittgenstein-Studien, Berlin: v. 3, n.1 p. 45-80, 2012.

⁴ E.g., BLACK, M. *A Companion to Wittgenstein's "Tractatus"*. Ithaca, New Y: Cornell University Press, 1964; MCGINN, M. *Elucidating the Tractatus*. Oxford: Clarendon Press, 2006; SULLIVAN, P. *What is the Tractatus About?*. In: KOELBEL, M.; WEISS, B (eds.). *Wittgenstein's Lasting Significance*. London: Routledge, 2004. p. 28-41; PEARS, D. *The False Prison: A Study of the Development of Wittgenstein's Philosophy: Volume 1*. Oxford: Clarendon Press, 1987; WHITE, R. *Throwing the Baby out with the Ladder: on "therapeutic" readings of Wittgenstein's Tractatus*. In: READ, R.; LAVERY, M. A. (eds.). *Beyond the Tractatus War: The New Wittgenstein Debate*. New York: Routledge, 2011. p. 22-65.

⁵ Cf. e.g., DIAMOND, C. *Criss-Cross Philosophy*. In AMMERELLER, E.; FISHER, E. (eds.). *Wittgenstein at Work: Method in the Philosophical Investigations*. London: Routledge, 2004. p.201-220 & CONANT, J., DIAMOND, C. *On reading the Tractatus resolutely: reply to Meredith Williams and Peter Sullivan*. In: M. KOELBEL, B.; WEISS, B. (eds.) *Wittgenstein's Lasting Significance*. London: Routledge, 2004. p. 42-97.

Tendo tudo isso em mente, para que este projeto seja viável concentrar-nos nos textos originários do debate. Tomaremos os textos de Hacker e Diamond como fontes principais⁶ das leituras tradicional e resoluta, respectivamente.

Isso será discutido numa secção mais adiante. Antes de essas ressalvas fazerem sentido é necessário esboçar em que medida, segundo julgamos, a ética se relaciona com outros pontos pertinentes na obra. Boa parte do artigo concentrar-se-á nisso. Primeiramente esboçaremos a relação entre lógica e ética no *TLP* a partir da afirmação de que ambas são transcendentais. Como os comentários sobre a ética no primeiro momento filosófico de Wittgenstein são poucos essa estratégia ajuda a articular alguns aspectos que de outra forma ficariam obscuros. Para a explicação desse ponto, além do *TLP* e dos *NB*, também nos apoiaremos na *Conferência sobre Ética (CE)*⁷.

Um tipo normativo de necessidade

Wittgenstein nos fornece dois breves, porém, importantes comentários sobre a ética nos *NB* e no *TLP*. Em um deles ele afirma que a ética deve ser uma condição do mundo (*NB* 24.7.16); no outro, que proposições éticas são impossíveis e (por)que a ética é transcendental (*TLP* 6.421, *NB* 30.7.16). Com essas afirmações, Wittgenstein levanta três aspectos sobre a ética: (1) aquilo a que diz respeito à ética é de alguma forma necessário, por esse motivo, (2) não pode haver proposições éticas e (3) a ética deve pertencer ao domínio do que só pode ser mostrado por proposições legítimas ou por expressões éticas sem pretensão de sentido.

Como veremos, a ética é a condição de possibilidade de se adotar uma perspectiva normativa com relação ao mundo. Colocado dessa forma, porém, isso ainda parece um pouco aleatório, pois não está claro o que significa ser uma condição para algo segundo o *TLP*. E, nesse sentido, os três pontos acima mencionados parecem apenas deixar essa caracterização mais obscura. Não coincidentemente, Wittgenstein afirma também que a lógica é transcendental (*TLP* 6.13). Isso joga alguma luz para a questão, uma vez que parece mais intuitivo conceber de que a lógica é uma condição: do pensamento e da sua expressão na linguagem.

⁶ Eventualmente também recorreremos a Glock (1998, 2017) e Conant (1989).

⁷ Apesar de esse ser um texto consideravelmente distante do *TLP*, aproximadamente dez anos, é consenso na literatura secundária considerá-lo como representando uma reafirmação das conclusões sobre ética presentes no *TLP*. Cf. e.g., (ARRINGTON, 2017, p. 607; DAIN, 2018, p. 11-2; DIAMOND, 2001, p. 162; KUUSELA, 2018, p. 43, 52; MONK, 1995, p.253)

Para Wittgenstein, “o pensamento é a figuração lógica dos fatos” (*TLP* 3). Nós fazemos figurações quando projetamos estados de coisas possíveis, i.e., quando projetamos com o pensamento objetos de uma certa forma articulados uns em relação aos outros. A possibilidade de os objetos estarem ou não organizados da maneira pensada constitui o sentido de uma figuração (*TLP* 2.221). Nós o exprimimos sensivelmente por meio de proposições (*TLP* 3.1). Uma vez que as figurações representam a existência ou inexistência de estados de coisas (*TLP* 2.201-2), as suas representantes sensíveis devem estar submetidas à possibilidade de concordarem ou não com a realidade (*TLP* 2.223). Isto é, independentemente de os estados de coisas figurados ocorrerem ou não, é uma condição necessária da proposição que tanto a possibilidade do que ela representa como o seu contrário sejam *a priori* concebíveis. Proposições, portanto, são bipolares. (*TLP* 4.023).

A exceção a essa regra parece ser o caso das proposições da lógica. Proposições do tipo são ou tautologias, como “ $p \vee \sim p$ ”, ou contradições, como “ $p \& \sim p$ ”. Nelas os valores de verdade resultantes dos operadores lógicos são ou sempre verdadeiros ou sempre falsos, respectivamente. Isso a princípio parece problemático para a noção de proposição enquanto figuração da realidade. Pois, para uma proposição ser verdadeira – ou falsa – é necessário que a comparemos com a realidade e, portanto, é impossível que haja figurações verdadeiras – ou falsas – *a priori* (*TLP* 2.225).

O que parece ser problemático nessa caracterização, porém, é a imprecisão na qual ela está baseada. Pois, “proposições lógicas”, para Wittgenstein, não são proposições no sentido genuíno. Em carta a Russell de 1913, Wittgenstein expressa sua insatisfação quanto à ideia de que as proposições da lógica possam ter sentido, i.e., figurar estados de coisas necessários. Sua crítica é direcionada à noção de verdade lógica representada pelo uso de axiomas por parte de Russell (WITTGENSTEIN, 2008, p.58).

O objetivo do programa logicista de Russell era provar que a lógica e a matemática pura são idênticas (RUSSELL, 1981, p.187; 2010, Prefácio à segunda edição, p.XXXI). Contudo, em 1901, pouco antes de publicar o *Principle of Mathematics*, ele descobre que sua primeira tentativa para levar a cabo seu programa estava sujeita ao paradoxo de auto referência que agora leva o seu nome. Para superá-lo, ele formula a teoria dos tipos (IRVINE, 2009, p.7-9). Seu papel é restringir a referência de uma função para que seus argumentos sejam sempre de um tipo lógico inferior, criando, assim, uma hierarquia (IRVINE, 2009, p.12-3). Inicialmente, porém, essa

teoria não tinha a capacidade de derivar sozinha uma teoria dos números – que ele identifica como classes de classes (WHITE, 2017, p.293). Pois, se o número de indivíduos do nível mais baixo da hierarquia fosse finito, haveria apenas um número finito de conjuntos em cada estrato superior. Nesse caso, cardinais excedentes a esse número finito corresponderiam a classes vazias e isso impediria que eles formassem uma progressão. Para sanar também esse problema, Russell introduz o axioma do infinito com o objetivo de assegurar que o número de indivíduos no mundo seja sempre excedente a qualquer número cardinal indutivo (RUSSELL, 1981, p.128-9).

Vê-se que essa estratégia é vital para o programa de Russell, pois garante a sua coerência. Ela, porém, levanta inevitavelmente o questionamento sobre o estatuto da teoria dos tipos e dos axiomas. São eles verdadeiros? Se sim, são verdades da lógica ou de outro tipo? Etc. Para Russell, eles difeririam das proposições empíricas normais por serem generalizações verdadeiras e puras expressas apenas por meio de constantes e variáveis (WHITE, 2017, p.294).

Wittgenstein, porém, acreditava que Russell introduzira proposições com aspecto empírico fantasiadas de proposições lógicas na tentativa de levar a cabo seus objetivos filosóficos. Pois, para Wittgenstein, não parece haver uma razão formal, segundo a qual generalizações não possam ser simplesmente proposições contingentes (*TLP* 6.111)⁸. Assim, o axioma do infinito tem caráter empírico, na medida em que ele tenta afirmar coisas sobre a constituição do mundo e isso é uma questão *a posteriori*. Em sentido contrário, Wittgenstein sustenta que se queremos garantir a necessidade para as proposições lógicas, essa propriedade deve ser assegurada sobre a própria forma que nelas o pensamento é impresso no sinal.

Segundo White (2017, p.293), essa insatisfação com relação à caracterização de Russell sobre a natureza da verdade lógica levou Wittgenstein à sua concepção tractariana de tautologia. Para ele, essas proposições são necessárias, mas sem sentido. Esse representa, para Wittgenstein, o cerne de toda a filosofia da lógica (*TLP* 6.113). Portanto, também representa a premissa fundamental para o argumento de que tais proposições são a exceção que confirma a regra da caracterização da figuração.

Contrariamente a Russell, Wittgenstein sustentara que um traço peculiar das proposições da lógica é o fato de que para reconhecê-las e reconhecer o seu valor de verdade é suficiente um exame sobre a própria forma que seus sinais estão dispostos

⁸ Cf. também WHITE, 2017, p.294

(WITTGENSTEIN, 2008, p.58). Porque, como seus contrários não são concebíveis, seu valor de verdade é decidido *a priori*. No caso da tautologia “ $p \vee \sim p$ ”, por exemplo, é possível reconhecer que a proposição como um todo é verdadeira antes mesmo de se atribuir qualquer significado a p . Ao introduzir uma disjunção (\vee) em “ $p \vee \sim p$ ”, queremos dizer que a proposição como um todo será verdadeira caso uma de suas proposições constituintes o seja. Isto é, “ $p \vee \sim p$ ” será verdadeira se p ou sua negação ocorrerem. “ $p \vee \sim p$ ” é, portanto, incondicionalmente verdadeira, porque o é para todos os possíveis valores de verdade de p ⁹ (TLP 4.46).

Isso não procede, e.g., para uma implicação simples como $p \rightarrow q$. Para reconhecer a sua falsidade, por exemplo, não basta que saibamos que p e q são variáveis que podem ser instanciadas por proposições. A implicação material é verdadeira em todos os casos, menos quando o antecedente é verdadeiro e o consequente é falso. Para identificar isso é necessário saber o que significam “ p ” e “ q ”, porque a falsidade resultante da operação dependerá de um cenário específico, qual seja, apenas se p for verdadeiro e q , falso. Portanto, é necessário comparar $p \rightarrow q$ com a realidade.

Segundo Loomis (2017, p.346), essa caracterização da tautologia a partir de um ponto de vista puramente funcional é mobilizada para dar conta de duas noções, a saber, da necessidade e da aprioricidade. As tautologias são necessárias, pois, segundo Wittgenstein, para algo ser necessário sua mera ocorrência deve implicar imediatamente na sua verdade (TLP 3.04). E são *a priori*, porque unicamente a partir da análise da sua forma reconhecemos sua verdade – ou falsidade, no caso da contradição (TLP 3.05).

Todavia, se é a partir da forma que seus sinais são combinados que elas são *a priori* e necessárias, é também por esse motivo que elas não podem veicular sentido (TLP 4.461). O sentido, que depende da possibilidade de uma proposição ser verdadeira ou falsa, é nelas cancelado pela forma de combinação dos sinais (TLP 4.462). Isto é, se se diz que “chove ou não chove” ($p \vee \sim p$) não se veicula nenhum sentido, porque não oferece nenhuma descrição positiva de uma possível situação. Portanto, elas não são nem figurações de possíveis estados de coisas nem proposições generalizantes da forma de proposições da ciência natural. Por esses motivos, Wittgenstein as caracteriza como sem sentido (*sinnlos*) (TLP 4.461).

Apesar disso, para ele, as “proposições da lógica” não são combinações ilícitas de sinais (*Unsinn(e)*, contrassenso(s)). Com efeito, elas possuem um papel peculiar no

⁹ Em contrapartida, a contradição “ $p \& \sim p$ ” é incondicionalmente falsa, porque é falsa para todos os valores de verdade de p .

simbolismo que uma caracterização correta da lógica deve dar conta (*TLP* 6.112). Seu papel é mostra as possibilidades de combinação dos sinais na formação de proposições moleculares (*TLP* 6.12). Ou seja, as tautologias e contradições exercem o papel de regras do simbolismo. Isso assegura que a lógica seja transcendental (*TLP* 6.13).

O sentido de necessidade sustentado no *TLP* é restrito a esse tipo de proposição. A implicação fundamental disso é o fato de que não faz sentido falar de necessidades substanciais no *TLP*, i.e., verdades necessárias figurando estados de coisas que sempre se obtém. O único tipo de necessidade que pode haver no universo do *TLP* é de tipo normativo representada por um grupo de proposições cujos valores de verdade resultantes das suas operações de verdade é ou sempre verdadeiro ou sempre falso.

Com essa resposta chegamos a meio caminho de responder dois dos pontos mencionados acima: (1) como a transcendentalidade da lógica implica em um tipo de necessidade e (2) por que não pode haver proposições da lógica em sentido estrito. A próxima secção finalizará o argumento para esses dois pontos. Forneceremos também a resposta para (3) por que a lógica deve ser mostrada. Isso será feito esclarecendo a noção de limite aplicada à lógica e a equação dos seus limites com os do mundo e os da linguagem, questão que reaparece em *TLP* 6.12.

Congruência entre limites do mundo e da lógica

A primeira ocorrência da noção de limite no *TLP* ocorre na discussão sobre o solipsismo em *TLP* 5.6-5.641. Não devemos nos ocupar aqui com a questão de saber em que medida, para Wittgenstein, o solipsismo é verdadeiro, mas apenas com a discussão sobre a lógica representar os limites do mundo. Isso naturalmente decorre da rejeição de uma concepção teórica de lógica que a considera como sendo uma disciplina com conteúdo necessário, tal qual discutido na última secção. De modo mais amplo, envolve a rejeição de uma ideia de necessidade substancial ou ontológica.

Para Wittgenstein, concepções do tipo são equivocadas, pois tentam introduzir no domínio da lógica questões aparentemente empíricas, e.g., quantos objetos existem no mundo e de que tipo são. Essas questões concernem à aplicação da lógica e são, portanto, *a posteriori* (*TLP* 5.557). Para ele querer antecipá-las a partir da lógica redundaria em contrassensos (*TLP* 5.5571). Pois, isso implicaria em aceitar um tipo ontológico de necessidade instanciado pela postulação de verdades necessárias. Para Wittgenstein, à lógica interessa apenas, por exemplo, como a partir da forma lógica,

dada na própria natureza da proposição, nossas proposições elementares podem ser construídas, uma vez atribuídos arbitrariamente significados aos seus sinais (*TLP* 3.315, 4.014-1)¹⁰.

A noção de limite está intimamente ligada com a rejeição desse tipo de necessidade e com a transcendentalidade da lógica compreendida como necessidade normativa. Wittgenstein a introduz em *TLP* 5.61 equacionando os limites da lógica com os limites do mundo. Segundo De Gaynesford (2017, p.479), essa noção aqui se refere ao que não faz sentido excluir. A suposição de que a lógica poderia fornecer uma descrição sobre a configuração interna do mundo é equivocada, porque isso não pode ser decidido *a priori*. O argumento de Wittgenstein no aforismo acima toma a forma de uma *reductio* e procede da seguinte forma.

Se concebermos que a lógica é ao mesmo tempo necessária e uma ciência positiva com proposições com sentido, então seria possível a partir dela dizer quais possibilidades de estados de coisas ocorrem necessariamente, i.e., em todos os mundos possíveis. Pelo mesmo motivo, isso significaria também que poderíamos de maneira *a priori* excluir certas possibilidades de estados de coisas. Isto é, a ocorrência do contrário desses estados de coisas lógicos necessários seria de antemão impossível.

Contraditoriamente, isso anularia a própria necessidade normativa da lógica. Para que a lógica pudesse restringir necessariamente a possibilidade da ocorrência de um estado de coisas, seria necessário que ela nos fornecesse uma imagem do que está para além do reino das possibilidades de estados de coisas. Ou seja, seria preciso que ela pudesse se situar para além dos limites do mundo (*TLP* 4.12). Uma vez que, porém, os limites do mundo são também os próprios limites da lógica, a tentativa de dizer algo logicamente necessário implicaria de tabela na possibilidade de se situar fora dos próprios limites da lógica para afirmar uma impossibilidade lógica, e.g., “isso não pode ser assim e assado”. A lógica, porém, é transcendental, o que significa que o funcionamento de suas regras é previsto em todo pensamento, projeção, formulação proposicional. Nesse sentido, dizer uma impossibilidade lógica pressuporia uma situação fora dos limites das regras da própria lógica. Se é possível fazer isso e ao mesmo tempo dizer algo, então não é verdade que ela seja transcendental. Pois, não seria mais verdadeiro que a lógica penetra todo o pensamento. Haveria pensamentos que são impossibilidades lógicas. Por esse motivo, a tentativa de formular proposições

¹⁰ Cf. também ENGELMANN, 2018a, p.7

necessárias com pretensão de sentido produz contrassensos (*TLP* 5.5571). A lógica não pode dizer “no mundo há isto, mas não aquilo” ela só pode determinar a forma do que pode ser pensado.

Wittgenstein conclui o argumento da seguinte forma. Se, portanto, isso implica que os limites do mundo são os limites da lógica, então o que está para além dele não podemos sequer pensar. Se, porém, o mundo é o limite do que podemos dizer, então também não podemos dizer o que está para além do mundo. O resultado disso, finalmente, é que não podemos sequer pensar aquilo que está para além da esfera do dizível. Portanto, pensar verdadeiramente significa pensar uma situação contingente, algo que pode ser dito (TECHIO, 2014, p.344).

De fato, o emprego da noção de limite nesse argumento não parece ser totalmente oportuno da parte de Wittgenstein, uma vez que pode induzir o leitor a pensar que há um “além-mundo” em oposição ao “aquém-mundo” (ICZKOVITS, 2012, p.39). O objetivo, na verdade, é justamente o oposto disso. A função da noção em questão é apenas demonstrar a impossibilidade de se pensar qualquer positividade como estando fora do mundo. Significa, portanto, que a concepção de uma possível transcendência no universo do *TLP* é incoerente (TECHIO, 2014, p.354).

De todo modo, esse argumento parece fornecer a parte faltante das respostas para (1) e (2). Ele mostra que o limite que a lógica é para o pensamento não é apenas uma cerca que não se deve pular, embora seja possível fazê-lo. Antes, a necessidade da lógica mencionada em (1) é de caráter incontornável. Assim, toda formulação descritiva já está de antemão sob o funcionamento das suas leis. Portanto, o sentido de necessidade lógica é significativamente mais forte do que se poderia supor apenas pelos argumentos da secção anterior.

Aqui a distinção entre dizer e mostrar assume uma função importante. Ela estabelece que, embora não seja possível dar a volta nas leis da lógica para exprimí-las, a sua onnipresença enseja que elas sejam mostradas no funcionamento normal das nossas práticas lógico-linguísticas. Isto é, se o que é dizível ou pensável pressupõe de antemão a lógica como operante, o que se quer dizer sem sucesso com pseudo-proposições lógicas se manifesta nas proposições empíricas legítimas e nas tautologias e contradições sem sentido (*TLP* 4.121). Relações e propriedades internas (lógicas), por exemplo, são expressas assim. Que duas proposições mantêm relações internas entre si é mostrado pela ocorrência em ambas de nomes de objetos que possuem a mesma

propriedade interna (*TLP* 4.126). Conceitos formais são expressos por variáveis, que há tipos diferentes de símbolos é mostrado no emprego correto dessas formas, etc.

Com isso, a distinção entre dizer e mostrar reforça o caráter incontornável da lógica ao assegurar a impossibilidade de se adotar um ponto de vista externo ela. Isso é almejado em abordagens axiomáticas da lógica que pretendem formular proposições lógicas com conteúdo necessário e, por isso, Wittgenstein as rejeita. Além disso, distinção entre dizer e mostrar também explica a superfluidade dessas tentativas, uma vez que esses aspectos já estão presentes no funcionamento normal da linguagem (SATTLER, 2014, p.146).

Parece que agora temos respostas para os três pontos acima mencionados. Podemos agora ver como eles se aplicam à ética.

A transcendentalidade da ética

Como observado no início, Wittgenstein também caracteriza a ética como transcendental. Conforme afirmamos, isso significa que (1) a ética é necessária, que (2) não há proposições éticas e que (3) a ética só pode ser mostrada. A ética deve determinar nossas práticas valorativas no contexto propriamente ético da mesma maneira que a lógica determina nossas práticas linguísticas. Veremos agora como isso funciona.

No caso da lógica, a ideia do transcendental implica numa necessidade de um tipo normativo e vazio. O que é transcendental representa os limites do mundo, determina nossas práticas comuns e faz-se presente necessariamente nelas. Não é possível uma situação fora do domínio da lógica para descrever a lógica, porque qualquer descrição só é possível pressupondo o seu funcionamento, i.e., estando dentro dos seus limites. Por esse motivo, concepções axiomáticas de lógica são, para Wittgenstein, equivocadas.

Ao também definir a ética como transcendental, Wittgenstein pensa na aplicação do mesmo pensamento para ela. Ela é transcendental porque representa um aspecto constituinte de uma determinada prática que tem lugar em nossas vidas. Qual seja, a possibilidade de experienciar o mundo e a vida de uma perspectiva normativa como

sendo dotados de sentido (*TLP* 6.41, *CE* 3-4). Isto é, a ética representa a possibilidade de se adotar uma perspectiva normativa ou valorativa¹¹.

A introdução da ideia de necessidade normativa na ética acontece através da ideia de valor (*TLP* 6.41). Para Wittgenstein, o que porta valor é algo que imaginamos não poder ser de outra forma, i.e., cujo contrário é impossível, justamente porque concebê-lo implicaria na perda do seu valor. Assim, o apelo normativo das coisas que têm valor não está submetido a uma determinação externa advinda da confirmação ou refutação factual. Antes, o valor que elas portam condiciona a nossa própria experiência normativa/valorativa do mundo¹². Por essa razão, a ética através da experiência de que algo tem valor se coaduna com outros aspectos necessários e limitantes encontrados no *TLP* como a lógica e a existência do mundo.

É nesse sentido que (1) a ética é transcendental e, portanto, necessária. Isso já representa meio caminho andado para o entendimento do (2) porquê não pode haver proposições éticas. O restante do argumento, não coincidentemente, é estruturado como o anterior sobre a impossibilidade de proposições lógicas: na forma de uma *reductio*. Aqui também o procedimento de Wittgenstein é tentar imaginar o que representaria formular proposicionalmente uma necessidade positiva e a partir disso traçar consequências. Segundo ele, novamente isso implicaria na anulação do caráter necessário do que tem valor. Por isso, é impossível haver proposições éticas.

O argumento se dá da seguinte forma: para Wittgenstein, as proposições descrevem as possibilidades da constituição factual interna ao mundo. Com efeito, o mundo é o domínio da contingência. Se concedêssemos que alguma coisa que tem valor seja descritível por uma proposição, isso implicaria em admitir que ela existe dentro da esfera do mundo. Disso, resultaria que ela também estaria submetida à contingência (*TLP* 6.41). Isso, porém, violaria a ideia de necessidade presente na ideia de valor, mesmo se essa proposição fosse verificada como verdadeira. Mesmo nesse caso, a sua

¹¹ Isso é deixado claro também em *NB* 2.8.16. Nessa entrada dos diários Wittgenstein afirma: “Pode haver alguma ética se não houver qualquer ser vivo a não ser eu mesmo? Se a ética é pensada como algo necessário, então deve poder” (*tradução nossa*). Essa passagem parece fornecer mais um argumento para defender o caráter transcendental da ética. Se a ética é transcendental ela deve ser *a priori*. Portanto, ela não pode depender de como o mundo é, antes ela própria estrutura nossa experiência normativa do mundo. Que haja seres vivos não-humanos ou seres humanos no mundo é um traço de como o mundo é e, portanto, contingente. Assim, isso não pode ser algo do qual a ética dependa. É, afinal, perfeitamente possível imaginar um mundo onde não haja seres humanos; aliás, no presente ano essa possibilidade parece cada vez menos remota...

¹² Cf. também DAIN, 2018, p.19.

existência dependeria de uma determinação externa a si mesmo, i.e., da casualidade de como o mundo está agora. Por isso, não seria algo necessário.

Os valores, portanto, não podem estar dentro do mundo. A metáfora do dentro e fora do mundo vem novamente à tona e com ela a ideia de limite. É, portanto, inevitável a associação com a nossa caracterização sobre a lógica ser o limite do mundo. Como vimos lá, porém, não é possível falar de um fora do mundo no universo do *TLP*, se com isso nos referimos a uma esfera transcendente de necessidades positivas. Para explicar esse ponto, podemos recorrer à *CE* (8-9). Novamente uma *reductio* é empregada. Como exemplo, podemos pensar que o argumento vale para a pseudo-proposição “o bem absoluto é a vida levada segundo uma vontade autônoma”.

Se pensássemos, diz ele, que um juízo de valor absoluto poderia funcionar como uma proposição ética, a sua formulação deveria conter a projeção de um estado de coisas necessário. Isto é, que “o bem absoluto é a vida levada segundo uma vontade autônoma” seria uma necessidade positiva. Nada que se altere no mundo poderia determinar uma mudança nesse fato. Em todos os mundos possíveis essa proposição seria verdadeira. Isso implicaria que a sua mera enunciação garantiria de antemão a sua verdade. Isto é, que a sua possibilidade implicaria a sua existência (*TLP* 3.04-05). Como no caso da lógica, isso implicaria indiretamente que também excluimos certas possibilidades. Que “o bem absoluto é a vida levada segundo uma vontade autônoma” não seja um fato é *a priori* impossível.

Conforme já mostramos, porém, isso entra em contradição com a ideia tractariana de necessidade. Pois, requereria a possibilidade de colocar-se fora do reino do valor para poder contemplá-lo de fora. Isso representaria a possibilidade de pular fora do domínio da ética e poder observá-la de fora dos seus limites. Porém, fora do domínio valorativo da ética a ideia de valor não exerceria a sua imposição normativa. Seria um domínio em que “o bem absoluto é a vida levada segundo uma vontade autônoma” não é um fato necessário. O resultado disso é que se aceitássemos a aplicação da ideia de necessidade substancial para a ética, ela não seria necessária. E é por isso que, para Wittgenstein, essa ideia é equivocada (*CE* 8-9).

Nesse comentário, parece ficar claro novamente que a necessidade não pode se coadunar com a positividade e que, portanto, esta é sempre acompanhada pela contingência. Por isso, (2) não pode haver proposições éticas: proposições genuínas não tratam de valores, porque só podem exprimir estados de coisa contingentes. Portanto, a

ética, assim como a lógica, não pode ser uma ciência, uma vez que com isso se pretende que tenham conteúdo descritivo.

Evidentemente que com a aplicação do adjetivo “transcendental” para a ética não obtemos as mesmíssimas implicações que aparecem no caso da lógica. De todo modo, o que é necessário no sentido transcendental é mostrado por si mesmo na ocorrência normal das nossas práticas valorativas. Se se sustenta que *x* ou *y* têm valor, isso fica patente na maneira em que falamos, pensamos e agimos com relação às coisas que existem no mundo (DIAMOND, 2001, p.154). Assim, embora a ética não seja uma condição imediata do pensamento e da linguagem da mesma forma que a lógica, deve ser pelo menos possível que ela o seja. Em princípio, como Dain (2018, p.21) afirma, todo pensamento e uso da linguagem pode ter uma conotação ética.

Isso é particularmente visível na formulação de juízos éticos. Entender como os juízos éticos podem mostrar a adoção de uma perspectiva normativa exige primeiro entender como eles podem ter espaço no universo do *TLP* a despeito do fato de não poder haver proposições éticas. Esse entendimento, por sua vez, exige uma compreensão adequada do significado do contrassenso e novamente da distinção entre dizer e mostrar para a obra.

Contrassenso e dizer e mostrar

Aqui surge outra função importante da distinção entre dizer e mostrar que fora omitida quando ela veio à tona na penúltima seção. Como vimos nos casos da lógica e da ética, a tentativa de conferir sentido a proposições necessárias produz contrassensos. Para Wittgenstein, o pensamento de que esse tipo de necessidade seja possível resulta contraditoriamente na anulação da própria ideia de necessidade. Os aspectos éticos e lógicos das nossas práticas são transcendentais, porque realizam uma função constitutiva e só podem ser mostrados nelas. Portanto, proposições sobre leis lógicas ou valores éticos são impossíveis, porque os submetem à contingência. Ao fazer isso, Wittgenstein está admitindo uma diferença de tipos entre proposições empíricas e expressões de necessidade não-proposicionais (KUUSELA, 2011, p.604).

Isso é identificado no tratamento das tautologias e contradições. Como dissemos, elas não são expressões ilícitas de sinais, pois mostram na sua combinação as regras do simbolismo. Essas expressões não podem pretender ser proposições, pois Wittgenstein rejeita a ideia de necessidade ontológica que isso implicaria. Porém, as expressões de

necessidade podem ser objeto de expressão não-proposicional como parte da função mostrativa da linguagem (*TLP* 4.461)¹³. A partir da sua combinação de sinais as tautologias não dizem nada, mas exprimem não-proposicionalmente os aspectos normativos da linguagem. Essa diferenciação deslegitima a importação do funcionamento das práticas linguísticas descritivas para as práticas linguísticas de expressão de necessidade. Nesse sentido, o que marca fundamentalmente o contrassenso é a sua pretensão de sentido sustentada com esse entrecruzamento de regras (SATTLER, 2014, p.68). Isto é, a tentativa de tratar expressões de necessidade como proposições empíricas: com a pretensão de atribuir-lhes conteúdo descritivo. Coisa que, como vimos, é típica em abordagens axiomáticas da lógica e teóricas da ética.

Como a ética também é transcendental, os valores não podem ser descritos. Essa impossibilidade, porém, não diz respeito aos juízos e expressões éticas do cotidiano que não nutrem pretensão de sentido¹⁴. Pois tais expressões respeitam a diferença de tipos entre proposições empíricas e expressões normativas. Além disso, elas se assemelham às tautologias e contradições porque vêm de dentro das nossas práticas¹⁵ podendo, assim, mostrar os aspectos necessários que as acompanham a partir da ideia de valor (DALL'AGNOL, 2005, p.71).

Tal como afirmam alguns autores (e.g., DALL'AGNOL, 2004, p.90; SATTLER, 2010, p.289), um exemplo de juízo do tipo em questão ocorre quando da distinção entre juízos de valor relativo ou trivial e juízos de valor absoluto¹⁶ na *CE*. Para Wittgenstein, esses são os dois sentidos principais em que formulamos juízos de valor em geral. Os primeiros são do tipo “esta é uma boa jogadora de futebol” ou “este é um bom vinho”. Para Wittgenstein, os juízos propriamente éticos são apenas os do segundo tipo, e.g., “tu deves te comportar bem”¹⁷.

Com essa distinção, Wittgenstein concede que algumas formulações descritivas, como os juízos de valor relativo, mobilizam termos aparentemente éticos, como “bom”.

¹³ Cf. também DALL'AGNOL, 2005, p.71

¹⁴ Cf. e.g., CHRISTENSEN, 2011, p.801; DALL'AGNOL, 2004, p.90; SATTLER, 2013, p.198.

¹⁵ Isso, é claro, não significa que as expressões éticas tenham sentido como as proposições bipolares. Significa apenas que as expressões de valor estão para a ética como as tautologias estão para a lógica.

¹⁶ Infelizmente, não terei espaço para desenvolver em detalhe todas as implicações dessa distinção. Porém, acredito que por ora basta saber que se trata de uma distinção entre juízos que possuem apelo normativo e outros que não possuem.

¹⁷ Segundo Dall'Agnol (2005, p.91), em sua forma os juízos de valor absoluto são precedidos pelo o exemplo de lei ética fornecido em *TLP* 6.422: “tu deves...”. Acreditamos que isso não seja uma coincidência, visto que, segundo Sattler (2013, p.190-1), apesar de Wittgenstein não mencionar a distinção entre dizer e mostrar na *CE*, ela está presente na distinção entre juízos, assim como todas as suas implicações.

Apesar disso, essas formulações não têm caráter ético. Nesses casos, afirma ele, nós julgamos com base em um referencial acerca do que é ser uma boa jogadora de futebol ou um bom vinho, na medida em que nós imaginamos que esse possa vir a ser o caso. A valoração, assim, depende de que uma determinada ocorrência seja satisfeita para que as exigências do parâmetro referente a “é bom” sejam preenchidas¹⁸ (CE 5). Em sentido contrário, os juízos eminentemente éticos do cotidiano se distinguem dos juízos relativos, pois não têm a ver com fatos. Eles também se distinguem das formulações filosóficas, porque não pretendem ser verdades necessárias com conteúdo descritivo¹⁹. Os juízos éticos do cotidiano seguem o critério das expressões de necessidade, i.e., seu apelo normativo se fundamenta no caráter transcendental da ética coordenado pela ideia de que algo tem valor intrínseco, e.g., comportar-se bem, e, portanto, não pode ser de outra maneira (CE 6, 10-1).

Nesse ponto, a distinção entre dizer e mostrar assume também o papel de assegurar um anti-teoreticismo como objetivo ético para o *TLP*. Ela direciona o decreto final de silêncio do livro apenas para as abordagens axiomáticas da lógica e para as abordagens teóricas da ética (SATTLER, 2014, p.147-8). Pois essas tentam cientificizar esses dois domínios importando práticas do método projetivo científico para expressões de necessidade (DALL’AGNOL, 2004, p.90; SATTLER, 2014, p.212). Abordagens desse tipo colocam-se em pontos de vista exteriores às nossas práticas linguísticas de expressão de necessidade valorativas ou tautológicas. Além disso, elas nutrem a pretensão de conferir-lhes conteúdo descritivo necessário. Portanto, a tentativa de formular proposições éticas e lógicas com pretensão de sentido é inviabilizada pela distinção entre dizer e mostrar.

Uma vez que os juízos éticos do cotidiano respeitam essa distinção e não nutrem pretensões filosófico-teóricas do tipo, eles não possuem nenhuma ilusão de sentido. Por isso, não podem ser considerados contrassensos, eles fazem parte da função mostrativa da linguagem. Fica estabelecida assim uma diferença de tipos entre o que pode ser dito e o que pode ser mostrado. Visto que a ética, em especial, reside nesse último domínio isso implica que o *TLP* estabelece uma diferença de tipos entre as expressões éticas sem pretensão de sentido e proposições empíricas bipolares que

¹⁸ Por exemplo “se essa jogadora não tivesse certas habilidades, ela não seria uma boa jogadora”, “se um determinado vinho não tivesse certas características, ele não seria bom”.

¹⁹ Como o nosso exemplo de cima, “o bem absoluto é a vida levada segundo uma vontade autônoma”.

representam o conteúdo das ciências naturais (DALL'AGNOL, 2004, p.90; SATTLER, 2012, p.49-50).

O que isso mostra é como a distinção entre dizer e mostrar e uma caracterização adequada do contrassenso são elementos importantes para compreender o lugar da ética no *TLP*.

Acreditamos que agora esteja respondido satisfatoriamente como o caráter transcendental da ética se desdobra (1) na sua necessidade, (2) na impossibilidade de haver proposições éticas e (3) no fato de ela ser mostrada na ocorrência das nossas práticas que podem pelo menos em princípio ter uma conotação ética. Em seguida, portanto, será momento de realizar uma análise comparativa a respeito das implicações que os argumentos das leituras tradicional e resoluta têm para o que acabamos de discutir.

A ética no *TLP*: entre as leituras tradicional e resoluta

Na literatura secundária sobre o *TLP*, duas linhas interpretativas aparecem com maior destaque²⁰: a leitura tradicional²¹ e a leitura resoluta (*resolute reading*)²². As duas representam tentativas de trazer sentido ao desfecho paradoxal da obra produzido pelo próprio critério de sentido lá avançado e pelo comentário em *TLP* 6.54 de que as proposições do livro são contrassensos. A dificuldade de conciliar esse comentário com o resto do livro resulta naturalmente em diferentes interpretações e implicações a respeito dos temas tratados na obra.

Nós não deveremos, porém, nos ocupar de todos esses detalhes aqui. O foco da nossa atenção será em especial a forma que tais leituras levam em conta a ideia de necessidade, a distinção entre dizer e mostrar e a ideia de contrassenso nessa obra; e as implicações dessas considerações para a ética. Pretendemos mostrar que ambas as leituras conduzem a resultados incoerentes com a caracterização esboçada e, por causa deles, ambas devem ser reconsideradas. Podemos agora nos voltar para os argumentos da leitura tradicional, cujo principal proponente é P.M.S. Hacker.

²⁰ Apesar de essa nomenclatura ser amplamente aceita, é verdade que ela é insuficiente para dar conta de outras respostas para o problema da coerência interna da obra e a resolução do seu caráter auto destrutivo (ENGELMANN, 2018, p.592-3, nota 5; HUTTO, 2003, p.94-95). Cf. nota 3.

²¹ (GLOCK, 1998, 2017; HACKER, 1986, 2001b, 2017).

²² (CONANT, 1989; DIAMOND, 1995, 2001).

Para Hacker, o *TLP* de fato postula a existência de verdades necessárias (HACKER, 2017, p.210). Essas verdades servem particularmente para apoiar as bases metafísicas da lógica da figuração (HACKER, 1986, p.20; 2001, p.353-5), e.g., que o mundo seja a totalidade dos fatos e que estes sejam compostos por objetos simples (GLOCK, 1998, p.129).

Tais verdades, porém, não poderiam ser ditas, pois isso violaria a interdição imposta pelas regras da sintaxe lógica e produziria contrassensos. A tentativa de dizê-las é uma pretensão tipicamente filosófica. Isso se dá porque a filosofia falha em compreender que elas constituem as bases da representação proposicional e, portanto, não podem ser representadas proposicionalmente. As proposições do *TLP* têm exatamente a mesma finalidade (HACKER, 2017, p.217). Porém, elas se diferem dos contrassensos filosóficos tradicionais, na medida em que a sua finalidade é impedir a propagação de mais contrassensos. Para isso, em um dado momento elas revelam a sua própria ilegitimidade²³ (HACKER, 1986, p.18).

Nesse ponto, a importância da distinção entre dizer e mostrar entra conjuntamente com a de formular um simbolismo perfeito. Um simbolismo do tipo ensinaria que essas verdades se mostrassem no emprego previsto dos sinais em proposições empíricas bem construídas ou em proposições sem sentido da lógica (HACKER, 1986, p.51; 2001, p.368). Tendo apreendido as verdades inefáveis por meio das proposições tractarianas que explicam o simbolismo, ficaria claro para o leitor o porquê de elas não poderem ser ditas. Assim, poder-se-ia aceder ao ponto de vista lógico correto, onde se reconhece a existência dessas verdades, mas também a ilegitimidade de toda tentativa filosófica de dizê-las. Tentativas do tipo devem, pois, ser abandonadas (HACKER, 1986, p.26).

Tal como afirma Hutto (2003, p.88), o desejo de aliar o silêncio com a posse de conteúdo positivo levava Hacker e os defensores da leitura tradicional a se envolverem em implicações controversas. Por exemplo, (a) a introdução de uma noção de necessidade alheia ao livro e o encolhimento da importância da distinção entre dizer e mostrar (b) como distinção central da obra e (c) como responsável pela da diferenciação de tipos mencionada na secção anterior.

O primeiro problema surge (a), porque tal leitura visa a atribuir aos contrassensos tractarianos o estatuto de verdades necessárias. No que toca à ética, como

²³ Cf. também GLOCK, 1998, p.40

aponta Christensen (2011, p. 801), isso implicaria que as suas verdades, embora não podendo ser ditas, existem como que em um domínio para além do mundo. O resultado disso, como defende Glock (1998, p.130, 143), seria a concepção de que a ética além de transcendental é transcendente.

Isso, porém, é equivocado (DALL'AGNOL, 2005, p.110-1). A ideia de necessidade ontológica é precisamente algo de que Wittgenstein quer nos livrar no *TLP*²⁴ (DIAMOND, 1995, p.195). Como vimos, em primeiro lugar, os dois conceitos são mutuamente excludentes: pensar em verdades necessárias transcendentais implicaria poder situar-se fora do domínio da necessidade ética – ou lógica – e isso contradiria a pretensão de assegurar-lhe a necessidade transcendental. Antes mesmo disso, tal como argumentamos, não faz sentido falar de transcendência no universo do *TLP* dada a congruência entre os limites da lógica e os do mundo.

Além disso, embora Hacker reconheça a centralidade da distinção entre dizer e mostrar na obra (HACKER, 1986, p.19; 2001, p.372-3), essa concepção estranha de necessidade (b) a destitui do posto de ponto principal do livro. Pois, uma vez que é impossível que Wittgenstein tivesse sido bem-sucedido em exprimir tais verdades inefáveis pela definição de linguagem adotada, os defensores da leitura tradicional são levados a postular uma espécie de brecha nela (DIAMOND, 1995, p.182). Com isso, a leitura tradicional parece afrouxar a sua restrição de sentido ou abrir-lhe uma exceção. Conforme concluímos, isso colocaria em questão o caráter transcendental da lógica com o resultado de que afinal ela não é necessária a toda a expressão de sentido²⁵.

A leitura tradicional também (c) falha em avaliar o papel da distinção entre dizer e mostrar na diferenciação de tipos entre proposições empíricas e expressões de necessidade. O motivo disso é o tratamento controverso por parte dessa leitura do problema para o qual a distinção é formulada, i.e., anular a ideia de necessidade ontológica. Ao admitir excepcionalmente necessidades do tipo para as proposições do *TLP*, a leitura tradicional enfraquece a validade do que a distinção entre dizer e mostrar estabelece. Pois, com isso, ela estaria limitada apenas a outras proposições que não as tractarianas. Disso se seguiria que seria afinal logicamente possível formular proposições necessárias com sentido, embora não devêssemos fazê-lo para evitar confusões filosóficas. Assim, a leitura tradicional interpreta o silêncio tractariano como

²⁴ Se as “proposições sem sentido da lógica” já não representam quaisquer estados de coisa, que dirá os contrassensos (ENGELMANN, 2018a, p.16).

²⁵ Cf. o argumento da terceira secção “Congruência entre os limites do mundo e da lógica”

uma prescrição. Como vimos²⁶, porém, o sentido da proibição tractariana é mais forte que isso: ele visa ao estabelecimento de uma impossibilidade lógica de entrecruzamento de tipos, que está alinhado ao anti-teoreticismo tractariano (SATTTLER, 2014, p.52). Portanto, não é possível aceitar que haja uma exceção para as proposições do *TLP*, porque, por um lado, pela sua estrutura lógica, proposições não podem ser necessárias. E, por outro, expressões de necessidade lógica não podem ter conteúdo. Elas são expressões de regras para o uso correto do simbolismo (ENGELMANN, 2018a, p.12; KUUSELA, 2011, p.602).

Tal como afirma Hutto (2003, p.89), se aceitássemos as implicações da leitura tradicional, seríamos obrigados a concordar com a sugestão de Russell de que a postulação de uma metalinguagem seria suficiente para resolver o problema de comunicar as verdades inefáveis. Com isso, seríamos levados a menosprezar a importância central da distinção entre dizer e mostrar, tal como ele próprio faz (*TLP* Prefácio, p.121). Contudo, isso não seria apropriado, uma vez que Wittgenstein faz afirmações explícitas sobre a centralidade da distinção para o seu pensamento da época (WITTMENSTEIN, 2008, p.98).

Em concordância com essa afirmação de Wittgenstein, tentamos mostrar que a distinção entre dizer e mostrar é uma parte importante na argumentação contra a ideia de necessidade ontológica e contra a possibilidade de teoretização da ética. Isso porque ela reforça a estrutura do argumento contra a pretensão de transcender os seus limites. Isso é feito mostrando como esse ato é logicamente impossível e, ao mesmo tempo, supérfluo já que o necessário é mostrado nas nossas práticas (SATTTLER, 2014 p.86). Portanto, dada as implicações para a ética da ideia de necessidade sustentada pela leitura tradicional, ela não pode ser aceita.

A leitura resoluta surge como alternativa para esses problemas. Seu mérito é sobretudo enfatizar o objetivo ético do livro²⁷. Segundo Cora Diamond – principal proponente dessa leitura – o significado correto do ponto de vista lógico resultante da leitura do livro consiste em fazer cessar a tendência metafísica de postular verdades necessárias (DIAMOND, 1995, p.184; 2001, p.150). Isso implica no abandono da concepção de necessidade ontológica.

Segundo ela, o caminho correto para isso exige levar a sério as palavras de Wittgenstein quando ele nos exorta para que joguemos fora os contrassensos

²⁶ Também na terceira seção.

²⁷ Cf., e.g., ENGELMANN, 2018b, p.596; HUTTO, 2003, p.91-2; SATTTLER, 2014, p.137

tractarianos depois de tê-los lido, sem querer salvá-los no final (DIAMOND, 1995, p.18, 182). Não fazer isso, afirma ela, seria “amarelar” para as conclusões da leitura e perder totalmente a linha do *TLP* (DIAMOND, 1995, p.194). Para não amarelar, é necessário atentar devidamente para os comentários moldurais da obra²⁸ situados no prefácio e nas observações finais do *TLP* (aforismos 6.53, 6.54 e 7). Eles devem ser lidos de maneira especial, pois contém diretrizes sobre o modo correto de ler o livro (DIAMOND, 2001, p.151). Isto é, eles não devem ser lidos como contrassensos a serem jogados fora depois de se atingir o ponto de vista lógico correto.

Uma das principais informações que a moldura do livro nos fornece, segundo Diamond (2001, p.153), é que Wittgenstein adota uma visão de contrassenso unívoca (*an austere view of nonsense*). Isso implica que tanto “apo skpa oks”, quanto “o bem absoluto é a vida levada segundo uma vontade autônoma” e *TLP* 1: “o mundo é a totalidade de fatos”, são contrassensos da mesma natureza (DIAMOND, 2001, p.155). Se fazemos diferenciações entre os tipos de contrassenso, isso se dá unicamente por causa de uma contribuição associativa da parte do leitor (DIAMOND, 2001, p.159). É precisamente isso que causa a ilusão de que verdades necessárias são pensamentos que existem, mas não podem ser ditos por proposições (DIAMOND, 1995, p.197-8).

Para argumentar em favor disso, Diamond (1995, p.196-7) coloca um grande peso em *TLP* 5.473-3 como fornecendo um critério de sentido. Esses aforismos, afirma ela, mostrariam que a atribuição de verdades necessárias é um resultado advindo do pensamento ilusório de que atribuímos significados a certos sinais familiares sem, todavia, o termos feito. A formulação de um simbolismo perfeito impediria tais erros, daí sua importância. Seu objetivo é fornecer uma maneira de traduzir sentenças da linguagem ordinária para a forma de um simbolismo perspicuo (DIAMOND, 1995, p.184).

Conant dá um apoio à leitura de Diamond nesse ponto. Segundo ele, o papel do simbolismo no *TLP* vem da influência de Frege e Russell (CONANT, 1989, p.258). Para ele, isso seria feito em duas etapas. Em primeiro lugar, mostrando que uma proposição pode revelar uma má-formação quando traduzida para um simbolismo, embora aparente estar bem formada em uma gramática de linguagem natural. Isso

²⁸ É provável que a ideia de moldura (*frame remarks*) venha da leitura da carta de Wittgenstein a Ludwig von Ficker (ENGELMANN, 2018b, p.598; SATTLE, 2014, p.126, n.94). Nela o filósofo sugere que Ficker se dirija à leitura do Prefácio e das observações finais do livro para compreendê-lo, pois, segundo Wittgenstein, nessas partes seu objetivo principal é afirmado mais claramente.

significa que, em segundo lugar, alguns pensamentos, que parecem licitamente exprimíveis em sentenças da linguagem cotidiana, na verdade, não podem ser traduzidos para o simbolismo. O motivo disso, para ambos, é o fato de que na verdade nessas sentenças não há nenhum pensamento, i.e., algo que elas tentavam expressar, porém, não conseguiam. Isso ocorreria com as verdades necessárias da metafísica. Assim, o pensamento de que elas existem, porém, são inefáveis é uma ilusão. Com efeito, não existe nada para além da linguagem a ser mostrado, além da própria contrassensualidade dessas *pseudo*-proposições (CONANT, 1989, p.263).

Como concedido anteriormente, a tentativa de mostrar que o objetivo do *TLP* é erradicar a tentativa de postular verdades necessárias é uma vantagem da leitura resoluta. Porém, essa parece ser uma vitória de Pirro com relação à leitura tradicional. Afinal, não havendo distinções entre contrassensos, todas as proposições do livro devem ser jogadas fora no final da leitura após terem servido seu papel meramente transitório (DIAMOND, 1995, p.183-5). Contudo, isso acarreta o sacrifício de todas as intuições positivas da obra, em particular, as proposições tratando sobre a natureza da lógica e sobre a distinção entre dizer e mostrar (HACKER, 2001, p.358, 369). Se, porém, é verdade como afirmam Dall’Agnol (2005, p.159) e Sattler (SATTLER, 2014, p.146), que tal distinção é necessária para alinhar essas intuições ao objetivo ético anti-teorético do *TLP*, o resultado da leitura resoluta não pode ser correto.

Além disso, a tese da univocidade do contrassenso é problemática, porque ela apaga o verdadeiro perigo do contrassenso – particularmente o filosófico – qual seja, a pretensão de aceder a um ponto de vista privilegiado externo às nossas práticas mantendo, porém, pretensões de sentido. Em comparação a esses, os contrassensos absurdos são inofensivos, porque eles não apresentam essa tendência e podem ser reconhecidos como tais de prontidão (SATTLER, 2014, p.127-8, 147).

Com efeito, Diamond reconhece que, para Wittgenstein, a filosofia envolve um tipo de ilusão baseada na aceitação da existência de verdades necessárias (DIAMOND, 1995, p.184). Ela, porém, falha em perceber que é exatamente a diferença entre tipos de contrassenso que deve ser assegurada para justificar o programa tractariano de colocar um fim a esse tipo de filosofia, porque seus contrassensos são enganadores (SATTLER, 2014, p.115). Sem isso, a sua proibição final parece arbitrária. Portanto, se a leitura resoluta implica em jogar fora os dois principais degraus da escada tractariana contra abordagens teóricas da lógica e da ética, ela tampouco pode ser aceita.

Conclusão

Como tentamos mostrar a ética ocupa um lugar particular no *TLP* a partir da sua caracterização como transcendental e consequente associação com a lógica. Como esta, a transcendentalidade da ética implica que (1) ela seja necessária, que (2) não haja proposições éticas e que (3) ela só possa ser mostrada.

Tanto a ética quanto a lógica tratam dos aspectos necessários das nossas práticas, por isso, não têm a ver com a configuração de estados de coisa do mundo, que são contingentes. Portanto, elas devem estar fora do mundo. Explicamos que essa metáfora de dentro e fora é um pouco imprecisa, porque no *TLP* é impossível falar de um fora do mundo, se com isso nos referimos a uma esfera transcendente e positiva de verdades necessárias. Pois, isso implicaria poder situar-se fora do domínio da necessidade para descrever seus aspectos positivamente e isso provocaria a anulação da ideia de necessidade.

Nesse sentido, a ideia de necessidade admitida no *TLP* é apenas a de tipo normativo e vazio. No caso da lógica, suas expressões coordenam as nossas combinações de sinais, mas anulam a possibilidade de projetar estados de coisas e isso pode ser reconhecido sobre a sua própria forma. No caso da ética, os valores coordenam nossa experiência do mundo de uma perspectiva normativa. Nesse sentido, eles determinam nossas ações, pensamentos, sentimentos e, em princípio, usos da linguagem, como na formulação de juízos éticos cotidianos do tipo “tu deves...”.

A rejeição da ideia de necessidade ontológica significa da parte de Wittgenstein uma diferenciação de tratamento para proposições e expressões de necessidade. Portanto, significa também a rejeição de toda tentativa axiomática ou teórica de abordagem com relação à lógica e a ética.

Tendo essas conclusões em mente, analisamos em que medida as interpretações tradicional e resolva do *TLP* são capazes de conservá-las. Vimos, porém, que em alguns desses pontos a tentativa de cada uma dessas leituras de trazer coerência interna para o paradoxo mais famoso do livro resulta no envolvimento em conclusões controversas.

No caso da leitura tradicional, o pensamento de que alguns temas do *TLP* estão apoiados em fundamentos metafísicos introduzidos na forma de verdades necessárias leva os seus proponentes, como Hacker, a introduzir uma noção de necessidade alheia à obra. Se os aspectos necessários do livro são reificados dessa forma, isso implica em

aceitar a conclusão estranha de que a ética seja, além de transcendental, transcendente. Como argumentamos, porém, isso é equivocado. A discussão sobre a ideia de necessidade objetiva justamente a rejeição dessa conclusão.

Além disso, a tentativa de assegurar tais verdades necessárias mesmo depois do ato derradeiro de jogar fora os contrassensos do livro, implica em afrouxar as restrições da concepção de sentido do *TLP* e, conseqüentemente, diminuir a importância da distinção entre dizer e mostrar. O resultado disso seria que o que não pode ser dito, mas apenas mostrado, pode também afinal ser descrito de alguma outra forma não prevista pela diferenciação de tipos que a distinção opera. Isso não parece uma conclusão razoável, uma vez que ela é, segundo Wittgenstein, o ponto cardinal da obra. Seu propósito é reforçar o argumento da incontornabilidade dos limites da lógica e da ética e estabelecer uma distinção entre tipos de expressões. Com isso ela assegura o objetivo anti-teorético do livro.

Como vimos, a leitura resoluta de Diamond tenta sanar esses problemas a partir de uma concepção austera de contrassenso sugerida nos comentários emoldurais do *TLP*. Segundo a autora, a introdução de uma ideia de necessidade estranha ao livro é produzida ao se adotar distinções entre tipos de contrassensos, e.g., o contrassenso filosófico, o tractariano e o absurdo. Para ela, uma interpretação correta do *TLP* deveria erradicar essa distinção e mostrar que contrassensos são simplesmente contrassensos. Isso implica, portanto, que não há nada neles de verdadeiramente importante a ser mostrado.

Essa leitura se alinha com nossa caracterização sobre a ideia de necessidade como vazia reforçando o argumento da impossibilidade de se pensar uma esfera transcendente de verdades necessárias no *TLP*. Todavia, a concepção da univocidade do contrassenso tem dois efeitos colaterais problemáticos. Em primeiro lugar, ela ocasiona apagamento do aspecto realmente importante da proibição de Wittgenstein, a saber, o de que o contrassenso consiste na pretensão de veicular sentido, embora seja impossível fazê-lo. Em segundo lugar, disso também resulta que mesmo as intuições positivas da obra sobre a natureza normativa da lógica e da ética e sobre a distinção entre dizer e mostrar sejam taxados indistintamente como contrassensos que devem, portanto, também ser descartados. Essa conclusão também é problemática tanto para o *TLP* quanto para a própria coerência interna da leitura resoluta de Diamond. Uma vez que são exatamente essas intuições que fornecem a sustentação do argumento contra a postulação das verdades necessárias.

Referências

- ARRINGTON, R. L. Wittgenstein and Ethics. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. (Eds.). *A companion to Wittgenstein*. 1. ed. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. p. 605–611.
- CHRISTENSEN, A.-M. S. Wittgenstein and ethics. In: MCGINN, M.; KUUSELA, O. (Eds.). *The Oxford Handbook of Wittgenstein*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 796–818.
- CONANT, J. Must we show what we cannot say? In: FLEMMING, R.; PAYNE, M. (Eds.). *The Senses of Stanley Cavell*. Lewisburg: Bucknell University Press, 1989. p. 242–283.
- DAIN, E. Wittgenstein's Moral Thought. In: AGAM-SEGAL, R.; DAIN, E. (Eds.). *Wittgenstein's Moral Thought*. New York: Routledge, 2018. p. 9–35.
- DALL'AGNOL, D. What we cannot say, we can and must speak about. In: MAREK, J. C.; REICHER, M. E. (Eds.). *Experience and Analysis: Papers of the 27th International Wittgenstein Symposium*. Kirchberg am Wechsel: Austrian Ludwig Wittgenstein Society, 2004. p. 89–91.
- _____. *Ética e Linguagem: uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein*. 3. ed. Florianópolis, São Leopoldo: Ed. da UFSC, Editora Unisinos, 2005.
- DE GAYNESFORD, M. Wittgenstein on I and the self. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. (Eds.). *A companion to Wittgenstein*. Hoboken: Blackwell, 2017. p. 478–490.
- DIAMOND, C. *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy and the Mind*. Cambridge, Massachusetts; London, England: MIT Press, 1995.
- _____. ETHICS, IMAGINATION AND THE METHOD OF WITTGENSTEIN'S TRACTATUS. In: CRARY, A.; READ, R. (Eds.). *The new Wittgenstein*. 1. ed. London: Routledge, 2001. p. 149–173.
- ENGELMANN, M. L. Instructions for Climbing the Ladder (The Minimalism of Wittgenstein's Tractatus). *Philosophical Investigations*, Oxford, v. 41, n. 4, p. 446–470, 2018a.
- _____. What Does It Take To Climb the Ladder? (a Sideways Approach). *Kriterion: Revista de Filosofia*, Belo Horizonte, v. 59, n. 140, p. 591–611, 2018b.
- GLOCK, H.-J. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. J. Philosophy and Philosophical Method. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. (Eds.). *A companion to Wittgenstein*. 1. ed. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. p. 231–251.
- HACKER, P. M. S. *Insight and Illusion: Themes in the Philosophy of Wittgenstein (Revised Edition)*. Oxford: Clarendon Press, 1986.
- _____. Was he trying to whistle it? In: CRARY, A.; READ, R. (Eds.). *The new Wittgenstein*. London: Routledge, 2001a. p. 353–390.
- _____. *Wittgenstein: Connections and Controversies*. Oxford: Oxford University Press, 2001b.
- _____. Metaphysics: From Ineffability to Normativity. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. (Eds.). *A companion to Wittgenstein*. 1. ed. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. p. 207–227.
- HUTTO, D. D. *Wittgenstein and the end of philosophy: Neither theory nor therapy*. London: PALGRAVE MACMILLAN, 2003.
- ICZKOVITS, Y. *Wittgenstein's Ethical Thought*. Basingstoke: PALGRAVE MACMILLAN, 2012.
- IRVINE, A. Bertrand Russell's Logic. In: GABBAY, D. M.; WOODS, J. (Eds.). *Handbook of the History of Logic, vol.5*. Amsterdam: North-Holland, 2009. p. 1–29.

- KUUSELA, O. The development of Wittgenstein's philosophy. In: MCGINN, M.; KUUSELA, O. (Eds.). *The Oxford Handbook of Wittgenstein*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- _____. Wittgenstein, Ethics and Philosophical Clarification. In: AGAM-SEGAL, R.; DAIN, E. (Eds.). *Wittgenstein's Moral Thought*. New York: Routledge, 2018. p. 37–65.
- LOOMIS, E. Necessity and Apriority. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. (Eds.). *A companion to Wittgenstein*. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. p. 346–358.
- MONK, R. *Wittgenstein: o dever do gênio*. Tradução Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RUSSELL, B. *Introdução à Filosofia Matemática*. Tradução Giasone Rebuá. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Principles of Mathematics*. London: Routledge, 2010.
- SATTLER, J. Moral Judgments as Part of What Ethics Must Show. (E. Nemeth, R. Heinrich, W. Pichler, Eds.). *Experience and Analysis: Papers of the 33th International Wittgenstein Symposium*. Kirchberg am Wechsel: Austrian Ludwig Wittgenstein Society, 2010. Disponível em: <<http://wittgensteinrepository.org/agora-alws/article/view/2840/3404>>
- _____. A ética estoica do *Tractatus* de Wittgenstein. In: DALL'AGNOL, D.; FATTURI, A.; SATTLER, J. (Eds.). *Wittgenstein em retrospectiva*. 1. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. p. 49–66.
- _____. Wittgenstein's Lecture on Ethics : Personal Expressions and Moral Commitment. *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 33, p. 185–204, 2013.
- _____. *L'Éthique du Tractatus: non-sens, stoïcisme et le sens de la vie*. Pelotas: NEPFIL online, 2014.
- TECHIO, J. Solipsism and the Limits of Sense in the *Tractatus*. *Philosophical Topics*, Arkansas, v. 42, n. 2, p. 339–369, 2014.
- WHITE, R. M. Logic and The *Tractatus*. In: GLOCK, H.-J.; HYMAN, J. (Eds.). *A companion to Wittgenstein*. Hoboken: Wiley Blackwell, 2017. p. 293–304.
- WITTGENSTEIN, L. *The Collected Works of Ludwig Wittgenstein: Notebooks 1914-1916*. Tradução G. E. M Anscombe. 2. ed. Oxford, UK: Basil Blackwell, 1998.
- _____. *Wittgenstein in Cambridge : letters and documents, 1911-1951*. 4. ed. Malden, Mass.: Blackwell, 2008.
- _____. *Tractatus logico-philosophicus*. Tradução Luiz Henrique Lopes Dos Santos. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2017a.
- _____. *Conferência sobre Ética*. Tradução António Marques. 1. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017b.

Recebido em: 29/05/2020
Aprovado em: 13/07/2020